

HISTÓRIA E MISTAGOGIA DO TEMPLO CRISTÃO: UM PERCURSO BÍBLICO-LITÚRGICO

HISTORY AND MYSTAGOGY OF THE CHRISTIAN TEMPLE: A BIBLICAL LITURGICAL JOURNEY

*Jefferson Antônio da Silva Monsani **

Resumo: No presente artigo será analisado o desenvolvimento histórico do templo cristão, enquanto igreja-edifício na qual se reúne a Igreja-Povo de Deus, bem como sua função mistagógica, enquanto edifício visível que se manifesta como sinal da Igreja peregrina na terra e imagem da Igreja que habita nos céus. A análise partirá da constatação de que a construção dos edifícios sagrados surge, precisamente, da capacidade que o ser humano possui de se relacionar com o Transcendente, assumindo, no decurso dos tempos, tão variadas formas como são variadas as expressões de religião. Em primeiro lugar, será analisado o sentido da edificação dos lugares de culto na cultura greco-romana, passando para o exame dos dados bíblicos, desde os altares memoriais edificados pelos patriarcas até o templo de Jerusalém, sinal do templo da nova Aliança que é o próprio Cristo, morto e ressuscitado. A partir disso, será analisado, propriamente, o local de culto cristão, o seu desenvolvimento na história e a mistagogia de cada uma das suas partes, a partir das intuições da renovação litúrgica: o presbitério, o lugar dos fiéis, o local em que é conservada a Santíssima Eucaristia, o batistério e as imagens sagradas.

Palavras-chave: Templo. Cristianismo. História. Mistagogia.

Abstract: In this article there will be an analysis of the historic development of the Christian temple as a church building where the Church of God's People gathers as well as its mystagogical function, as a visible building that shows as a sign of the Pilgrim Church on Earth and an image of the Church that lives in Heaven. The analysis will start from the confirmation that the holy buildings emerge, precisely from the capacity that the human being has to connect with the Transcendent, assuming along the time, such variety of ways as the variety of expressions of religion. First of all it will be analyzed the purpose of the construction of places for cults in the Greek-Roman culture switching to the exam of biblical data from the memorial altars built by the patriarchs to the Jerusalem temple, a sign of the New Alliance that is the own Christ, dead and resurrected. From this point, it will be analyzed properly the local of the Christian cult, its development in the history and mystagogy of each of its parts beginning the intuitions of the liturgical change: presbytery, the place for the churchgoers, the place where the Most Holy Eucharist is maintained and the religious images.

Keywords: Temple. Christianity. History. Mystagogy.

Introdução

Na origem da capacidade que o homem possui de edificar lugares de culto encontra-se, sem dúvida, uma sua outra aptidão: a de se relacionar com o Sagrado. Ao longo da história, essas construções assumiram tão variadas formas quanto são tão variadas as experiências que a

* Mestrando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e em Teologia pela Faculdade João Paulo II. Participa do Grupo de Pesquisa Literatura Joanina (LIJO). E-mail: jeffersonmonsani@gmail.com

humanidade pode ter com o Transcendente. Capaz de agir e dotado de razão, o ser humano é, também, um ser religioso, naturalmente ordenado à Transcendência.

Para a tradição cristã, o ser humano é “capaz de Deus” (AGOSTINHO, 1995, p. 453), expressão que ilustra essa capacidade de autotranscendência que possui e que confere à sua existência um horizonte amplo que suaviza o drama da finitude e responde ao seu desejo por felicidade e plenitude. Por causa disso, a experiência humana cunhou, ao longo dos tempos, formas diversificadas de religiosidade que, enquanto expressões rituais de comunicação, valem-se de uma linguagem toda feita de símbolos e sinais.

De fato, a ideia de “espaço sagrado” surge, justamente, dessa capacidade que o ser humano possui de se relacionar com o próprio Sagrado, a qual, por sua vez, origina-se da percepção “de sua profunda nulidade”, do “sentimento de ‘não ser mais do que uma criatura’” (ELIADE, 2018, p. 16): consciente de que o mundo é anterior a ele e maior do que ele e, ao mesmo tempo, de que não tem condições de controlá-lo absolutamente, o homem começa a intuir a origem mesma do tempo e do espaço como fruto da ação divina.

Desse modo, se o Transcendente está na origem do mundo, é natural que sua presença divina esteja nele presente e que essa mesma presença se manifeste, de maneira especial, em determinados lugares. A esses lugares, em que o homem religioso pode fazer, de um modo mais intenso, a experiência de se relacionar com o Transcendente, Eliade chama de “espaços fortes”:

Para o homem religioso, *o espaço não é homogêneo*: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras. “Não te aproximes daqui, disse o Senhor a Moisés; tira as sandálias de teus pés, porque o lugar onde te encontras é uma terra santa” (Êxodo 3,5) Há, portanto, um espaço sagrado, e por consequência “forte”, significativo, e há outros espaços não sagrados [...] (ELIADE, 2018, p. 25).

Sabe-se que, nas sociedades primitivas, esses “espaços fortes” nos quais o Transcendente se manifesta não estavam, necessariamente, ligados a construções, mas à própria realidade cósmica que se tornava capaz de acolher e expressar essa presença divina, podendo ser, dentre tantas outras coisas, uma pedra, uma árvore ou uma montanha.

O homem ocidental moderno experimenta um certo mal-estar diante de inúmeras formas de manifestações do sagrado: é difícil para ele aceitar que, para certos seres humanos, o sagrado possa manifestar-se em pedras ou árvores, por exemplo. Mas [...] não se trata de uma veneração da *pedra como pedra*, de um culto da *árvore como árvore*. A pedra sagrada, a árvore sagrada não são adoradas como pedra ou como árvore, mas justamente porque são *hierofanias*, porque “revelam” algo que já

não é nem pedra, nem árvore, mas o *sagrado* (ELIADE, 2018, pp. 17-18).

Assim sendo, pode-se dizer que a construção do edifício sagrado – o templo – aparece na história humana como confirmação de que aquele espaço físico no qual foi edificado já gozava da prerrogativa de ser um local no qual o homem podia se relacionar com o Transcendente de uma maneira especial¹. É, justamente, dessa constatação que decorre o simbolismo cósmico do templo como uma imagem do mundo (*imago mundi*) cuja origem é divina: “O templo é uma imagem do mundo mas porque o mundo é sagrado como obra de Deus. Portanto, o templo explicita a imagem do mundo transcendente, em Deus, que é a essência constitutiva do cosmos” (HANI, 1998, p. 27).

Roland de Vaux apresenta três elementos que, nas diversas tradições religiosas, perpassam e caracterizam a realidade dos locais de culto, tanto quanto à sua natureza como quanto à sua edificação. Primeiramente, ele aponta o fato de que o lugar em que o local de culto está construído, geralmente, não fica reduzido a ele, mas que compreende, também, um certo espaço ao seu redor, constituindo, assim, um espaço sagrado. Depois, por ser, de fato, sagrado, o local de culto está como que subtraído ao uso profano. Por fim, por ser um local em que o fiel pode se encontrar com o Transcendente, o que determina a sua escolha é sempre uma manifestação da presença ou da ação divinas (VAUX, 2003, pp. 312-319).

A partir de agora, estes temas serão desenvolvidos, tanto na cultura greco-romana quanto na tradição judaico-cristã.

1. O local de culto na cultura greco-romana

Para os gregos e romanos, com sua efervescente religiosidade, a edificação dos lugares de culto tinha por finalidade, em primeiro lugar, proteger as estátuas de suas divindades das intempéries do tempo, sendo considerados, por isso, como a casa do deus cujo simulacro era ali adorado, lugar para o qual as pessoas se dirigiam para pedir a sua proteção e clemência.

Os templos gregos, pode-se dizer, ao contrário dos templos atuais, não estavam destinados a congregar, em seu interior, os fiéis. No mundo antigo, situação semelhante pode ser encontrada no Egito e na Mesopotâmia, onde o templo era o local em que os sacerdotes serviam a divindade, não um lugar para as pessoas se reunirem.

¹ Na verdade, a própria palavra latina *templum* já sugere essa realidade. Derivada do termo grego τέμενος (*temenos*), oriundo, por sua vez, do verbo τέμνειν (*temnein*), isto é cortar, originalmente não designava a construção sagrada em si, mas o recinto delimitado e separado, portanto, sagrado em que ela se encontrava (SCHRENK, 1968, p. 770).

De fato, ao espaço sagrado em que ficava a estátua da divindade ali adorada somente os sacerdotes tinham direito de acesso, enquanto o povo participava das atividades de culto do lado de fora do edifício. Com a finalidade de simbolizar a proteção da divindade sobre a cidade e, ao mesmo tempo, dar-lhes maior visibilidade, os templos, normalmente, eram edificadas em lugares altos e, por isso, chamados ἀκρόπολις (*akropolis*).

Outro elemento importante a ser ressaltado é a preocupação que os gregos tinham com a estética dos templos, manifestada em construções simetricamente harmônicas e belas. Muito embora essas construções tenham sido edificadas sob variadas formas, há dois elementos característicos sempre presentes: o ναός (*naos*), ou cela, onde repousava a estátua da divindade, e o πρόναος (*pronaos*), ou vestíbulo, cuja função era estabelecer o limite entre o espaço sagrado e o profano. Uma galeria de colunas, semelhante a um corredor coberto, circundava o edifício.

É, com efeito, esta busca por harmonia e beleza que irá influenciar o modo de os romanos edificarem seus templos (*aedes sacra*) que, tal como para os gregos, estavam entre os seus mais importantes edifícios. Realmente, em todas as cidades com alguma importância havia, pelo menos, um templo principal e outros menores, cuja estrutura, de maneira geral, era constituída pela sala principal, que abrigava a estátua da divindade, bem como um pequeno altar para a queima do incenso. Ao fundo da sala principal havia uma ou mais salas utilizadas pelos oficiantes do templo para guardar objetos de culto e oferendas. As cerimônias religiosas públicas eram realizadas fora do templo e não dentro dele, sendo, geralmente, procissões em homenagem à divindade nele adorada (CIACCIA, 1989, pp. 19-22).

2. O local de culto na tradição bíblica

Analisando os textos bíblicos é possível encontrar muitas referências a esses “espaços fortes” nos quais Deus se manifesta ao povo e o povo, por sua vez, pode encontrá-lo. Já os patriarcas recordavam o encontro pessoal com Deus mediante a edificação de um altar ou memorial, ao qual retornavam em sinal de fidelidade. Pode-se mencionar, aqui, Siquém (Gn 12, 6-7), Mambré (Gn 13,18), Bersabéia (Gn 26,23-25) e Betel (Gn 28,10-22).

No tempo de Moisés, enquanto o povo hebreu peregrinava pelo deserto, existia a Tenda da Reunião, também chamada do Encontro ou Habitação (Ex 26; 33,7-11; Nm 24,5), assim denominada porque sinal visível da presença invisível de Deus entre seu povo, no interior da

qual Moisés conversava com o Senhor e o povo podia consultá-lo, a שְׁכִינָה (*shekhinah*)². Em seu interior era conservada a Arca da Aliança, dentro da qual se encontravam as duas tábuas da Lei recebidas por Moisés no Sinai (Ex 25,10-22). Uma nuvem que, descendo, bloqueava a entrada da Tenda era o sinal indicativo da presença divina (Ex 33,9).

É dito que no deserto os israelitas tinham como santuário uma tenda, que se tornou, por influência da Vulgata, o Tabernáculo da literatura cristã. Esta tenda é chamada [...] a Tenda da Reunião, ou do Encontro, ou da Assembleia [...]. A tradição sacerdotal manteve o mesmo nome com o mesmo sentido: a Tenda da Reunião é o lugar do encontro com Moisés e o povo de Israel [...]. Mas essa tradição prefere chamá-la a Habitação, *mishkan*, um termo que parece ter designado primeiramente a habitação temporária do nômade [...]. Os relatos sacerdotais escolheram essa palavra arcaica para exprimir o modo de habitação terrena do Deus que reside no céu. Eles preparam a doutrina judaica da *Shequinah* e João também lembra que: “O Verbo...armou sua tenda entre nós”, Jo 1. 14 (VAUX, 2003, pp. 332-333).

Com a ascensão de Davi ao trono e a transferência da Arca para a nova capital da nação, foi ganhando corpo a ideia de se edificar em Jerusalém um lugar fixo de culto, a partir do desejo do rei de fazer dessa cidade o grande centro religioso de Israel (1 Sm 7)³. Coube a seu filho, Salomão, entre os anos 967 e 961 a.C., a tarefa de construir o primeiro templo em Jerusalém, que tomou o lugar da Tenda da Reunião (1 Rs 6-7)⁴.

Em 587 a.C., com o sítio da cidade de Jerusalém e a deportação de parte do povo para a Babilônia, imposta por ordem de Nabucodonosor, o templo sofreu pilhagem e foi vandalizado, sendo, após o término do Exílio, reconstruído e dedicado em 515 a.C. A partir de então, com a grande reforma empreendida por Esdras e Neemias, tornou-se o grande centro do judaísmo (Esd 6).

² A palavra hebraica שְׁכִינָה (*shekhinah*) deriva do verbo hebraico שָׁכַן (*shakan*) que significa habitar, fazer morada, significando, assim, habitação ou moradia. Como tal, o termo שְׁכִינָה não aparece nas Sagradas Escrituras, mas na literatura talmúdica. O que se encontra na Bíblia é a sua forma verbal (Ex 25,8; 29,45), utilizada para designar a presença de Deus em meio a seu povo (HAMILTON, 1998, pp. 1561-1562).

³ É importante dizer que já existiam santuários fixos em Israel, como Guilgal (Js 4, 19), Silo (Js 18,1) e Dã (Jz 17-18), dentre outros.

⁴ O templo, em sua primeira versão, era uma parte do recinto do palácio real, medindo 27 metros de comprimento, 9 metros de largura e 13,50 metros de altura. Diante dele havia duas colunas de bronze, encimadas por capiteis dourados. Do pórtico, duplas portas de madeira de oliveira conduziam ao “Santo”, cujo interior era revestido com cedro entalhado com decorações florais, palmas e querubins e no qual havia o mobiliário para o culto. Duas portas duplas conduziam ao “Santo dos Santos”, com 9 metros de lado, o lugar santíssimo, onde se encontrava a Arca da Aliança, que também era revestida de cedro entalhado e ouro. Dois grandes querubins de cedro estavam sobre a arca, cada um dos quais media 4, 50 metros de altura com abertura de asas de igual largura, de modo que enchiam a sala. A esse local somente os sacerdotes tinham acesso, e raramente, nunca o povo (1 Rs 8,12s). No pátio, em frente do templo, encontrava-se o altar de bronze para os holocaustos (MCKENZIE, 2003, pp. 912-913).

Digna de nota é a grande profanação do templo empreendida por Antíoco IV Epífanes, quando, estando Israel sob a dominação helênica, em 167 a.C., foi colocada em seu interior, sobre o altar dos holocaustos, uma estátua do deus pagão Zeus Olímpico e a ela oferecidos sacrifícios. Esse fato, que suscitou grande revolta na população, pediu uma nova dedicação do templo e a celebração de sua purificação (2 Mc 10, 1-8). No final do primeiro século antes de Cristo, ainda que motivado mais por interesses políticos do que por piedade, Herodes, o Grande, decidiu aumentar e embelezar o templo, transformando-o numa grandiosa obra que foi concluída pouco tempo antes da catástrofe do ano 70 da era cristã, quando foi totalmente destruído pelas tropas romanas de Tito ⁵.

Cristo frequentou o templo em Jerusalém, ensinando em suas dependências e manifestando por ele profundo respeito. No templo foi apresentado por José e Maria (Lc 2, 22-39) e a ele se dirigia para celebrar as festas, como a um lugar de encontro com o Pai (Lc 2, 41-50), razão pela qual se indignou com aqueles que dele fizeram um lugar de comércio, expulsando os mercadores de seu interior para purificá-lo (Jo 2, 13-16; Mt 21, 12-17).

Apesar de tudo isso, anunciou a ruína do templo, do que se valeram para acusá-lo durante o processo que o levou à morte (Mt 23, 38s). No momento em que, pregado na Cruz, deu o último suspiro, o véu do Santo dos Santos se rasgou de alto a baixo (Mt 27, 50-51), manifestando que o antigo Santuário já havia cumprido sua missão sagrada de ser o sinal visível da presença divina, função que, doravante, seria realizada por outro sinal, que é o próprio corpo de Cristo, imolado e ressuscitado, o verdadeiro templo no qual se oferece o verdadeiro culto, espiritual e agradável a Deus (Jo 2, 17-22).

No tempo de Jesus, além do templo de Jerusalém – único lugar no qual se celebrava o culto com a oferta a Deus dos sacrifícios – havia, em Israel, outros edifícios destinados ao culto

⁵ Segundo Flávio Josefo, todo o recinto do Templo era duas vezes maior que o anterior, medindo 700 metros de perímetro e com oito portas. Todo o recinto era dividido em vários pátios: o maior, o pátio dos gentios, era acessível pelos quatro lados e, ao mesmo tempo, acessível a todos, sendo separado do templo por uma balaustrada com inscrições que proibiam a entrada dos gentios nos pátios internos, sob pena de morte. O recinto sagrado formava um retângulo no centro oeste do pátio dos gentios. O primeiro átrio que se alcançava do leste era o pátio das mulheres, cinco degraus acima do pátio dos gentios, além do qual as mulheres não podiam ir. Ali havia os cofres para as ofertas do culto (Mc 12, 41ss; Lc 21, 1) e o tesouro (Jo 8, 20). O átrio sucessivo para oeste era o átrio de Israel ou dos homens, cinco degraus mais alto que o átrio das mulheres, sendo o lugar dos fiéis durante a oferta do incenso (Lc 1, 10). Do átrio de Israel se passava ao átrio dos sacerdotes, que circundava o templo verdadeiro e próprio. O altar dos holocaustos, no átrio dos sacerdotes, encontrava-se entre a porta de Nicanor e o templo, e tinha acesso por uma rampa ao sul. Nenhum detalhe foi transmitido sobre a decoração do “Santo”, no qual encontravam-se o altar do incenso, a mesa dos pães da oblação e o candelabro de sete braços. O “Santo dos Santos”, um cubo de 9 metros de lado, era totalmente vazio e escuro, ao qual somente o sumo sacerdote tinha acesso uma vez por ano, no dia da Expição, sendo separado do Santo por um véu. O templo era construído com pedras calcárias brancas, ornadas com placas de ouro e pináculos dourados, de modo que o conjunto devia ser um espetáculo impressionante (MCKENZIE, 2003, pp. 915-916).

litúrgico, chamados sinagogas, nos quais o povo se reunia como assembleia, aos sábados e dias de festa, para ouvir as Escrituras e meditá-las ⁶. Diferente do templo, as sinagogas eram casas de encontro para a oração e o estudo das Escrituras, uma organização leiga na qual não havia o culto sacrificial oferecido a Deus pelos sacerdotes. A direção das sinagogas era confiada aos anciãos da própria comunidade, enquanto a gestão e manutenção estavam confiadas ao chamado “chefe da sinagoga” (Lc 8, 41) ⁷.

A sinagoga está presente na origem e na expansão do cristianismo. Jesus, regularmente, a frequentava e fez dela um dos locais onde proferia seu ensinamento, que começava com a leitura das Escrituras e continuava com a homilia, a partir da qual anunciava o Evangelho (Mt 4,23; Mc 1,39; Lc 4,15; Jo 18,20). Os Apóstolos, especialmente Paulo, também tiveram estreita relação com a sinagoga (At 9,20; 13,5.14; 14,1; 17,1; 18,4; 19,8), de tal modo que é em seu culto e estrutura que a Igreja vai se inspirar para desenvolver suas formas culturais e arquitetônicas, tanto que, em algumas comunidades, a própria assembleia cristã era denominada sinagoga (Tg 2,2).

De fato, “a casa de Deus cristã surgiu em estreita continuidade com a sinagoga e [...] recebeu a sua específica novidade cristã através da comunhão com Jesus Cristo, crucificado e ressuscitado” (RATZINGER, 2014, p. 56).

3. O local de culto cristão

A partir das informações encontradas no cânon neotestamentário e nos textos dos antigos escritores eclesiais, pode-se afirmar que os cristãos, em um primeiro momento da história, não celebravam o culto litúrgico em lugares especificamente destinados para isso. Para a oração, seguindo a tradição judaica, reuniam-se no templo e na sinagoga, e para a fração do pão se encontravam, geralmente, na casa dos fiéis (At 2,46).

⁶ A palavra sinagoga, do grego συναγωγή (*synagoge*), significa assembleia do povo convocado, reunião. Sobre suas origens, há divergência entre os exegetas. A opinião predominante é que surgiu na Babilônia, durante o Exílio, substituindo o serviço do templo do qual estavam privados, tendo sido introduzida na Palestina por Esdras. Outros pensam que nasceu mesmo na Palestina, depois de Esdras e Neemias, ou somente depois do fim da época persa. Alguns, ainda, pensam em uma instituição anterior à queda do templo, como consequência da reforma de Josias (VAUX, 2003, p. 382).

⁷ A sinagoga, geralmente, consistia numa sala retangular, com uma nave central e duas laterais. Em seu interior havia um cofre ou arca, no qual se guardavam os rolos da lei, uma tribuna para os oradores e leitores, uma mesa, lâmpadas, chifres e trombetas para as cerimônias. A arca da lei ocupava o lugar central, encostada à parede, sendo ricamente adornada com tapeçarias. Adjacentes à sala central havia salas menores para trabalhos e para depósito e, muitas vezes, um ou mais pátios abertos. (MCKENZIE, 2003, p. 883).

Gradativamente, porém, se foi desenvolvendo a consciência de que, agora, Cristo é o verdadeiro templo de Deus (Jo 2,17-22), enquanto seus discípulos tornam-se, igualmente, templos do Espírito Santo, pedras vivas com as quais a Igreja é edificada (2Cor 6,16; 1Pd 2,4-5). De fato, se, para o povo de Israel, o templo de Jerusalém era o sinal visível da presença invisível de Deus no meio do seu povo eleito, para os cristãos essa presença misteriosa precede e prepara a revelação plena da presença de Deus no meio do seu povo em Cristo e continuada na Igreja, que é seu Corpo Místico (Cl 1, 18).

De fato, toda essa teologia está contida no termo Igreja – do grego *ἐκκλησία* (*ekklesia*), isto é convocação – porquanto designa, primeiramente, o próprio povo congregado e, somente depois, designará o lugar em que esse mesmo povo se reúne. É o termo utilizado na versão grega do Antigo Testamento para designar a assembleia do povo eleito reunido diante de Deus, sobretudo para a assembleia do Sinai, quando Israel recebeu a Lei e foi constituído por Deus como seu povo santo (Ex 19), tradução grega do hebraico *קָהָל* (*qahal*). Já nas cartas de São Paulo se encontra esta expressão para denominar a comunidade cristã (1Cor 11,22), que se reconhece herdeira do povo da Antiga Aliança, mas constituída por homens que o Pai, por Cristo no Espírito Santo, convoca de todos os confins da terra.

É certo que a prática de celebrar nas casas dos fiéis, própria da comunidade de Jerusalém, difundiu-se com a própria expansão da Igreja pelos entornos do mar Mediterrâneo, quase todo ele sob o domínio do Império Romano e sua influência cultural. Tal costume dá origem, ainda nos tempos apostólicos, à ideia da “*domus ecclesiae*”, isto é, a igreja doméstica (Rm 16, 3s; 1 Cor 16, 19; Cl 4, 15)⁸ e, posteriormente, em Roma, à existência das “igrejas titulares”⁹.

O fato de o edifício cristão bem depressa ter sido denominado *domus ecclesiae* (casa da “Igreja”, da assembleia do povo de Deus) e de o termo *ecclesia* (assembleia, igreja) ter sido usado para definir de forma abreviada não só a comunidade vivente, mas também a casa que a abriga, manifesta uma outra concepção: o “culto” é celebrado pelo

⁸ Durou por volta de um século o costume de as comunidades cristãs se reunirem para celebrar o culto litúrgico nessas casas particulares, nas quais havia uma sala ampla para acolher um bom número de cristãos. Ainda nos tempos de São Justino (+ 163) os fiéis se reuniam nas casas dos cristãos mais abastados. Uma das mais conhecidas, fora de Roma, é a de Dura Europos, no atual Iraque, na confluência dos rios Tigre e Eufrates (GÓMEZ, 2005, pp. 54-55).

⁹ “Entre os cristãos não faltavam os ricos e poderosos. [...] As reuniões dos crentes para as liturgias eucarísticas e os batismos, a instrução religiosa e a ajuda aos necessitados, eram realizadas em suas casas. No século III um certo número dessas casas se transformou em lugares habituais de propagação do cristianismo, função muito similar à das modernas paróquias. No século IV chegaram a ser 25. Eram denominadas “tituli” e a cada uma se individualizava com o nome de seu proprietário, que era o responsável do lugar e do que ali ocorria frente às autoridades civis. A comunidade conservou durante muito tempo a recordação daqueles benfeitores. Quando no período da paz se construíram majestosas igrejas que suplantaram àquelas casas, em quase todas se conservou a antiga denominação” (MANCINELLI, 2003, pp. 5-6).

próprio Cristo em seu estar perante o Pai, é Ele o culto dos seus no momento em que eles se reúnem com Ele e em torno d'Ele. Essa diferença essencial entre o espaço da liturgia cristã e os “templos”, todavia, não pode ser estímulo para uma falsa oposição, na qual é interrompida a continuidade interna da história da humanidade, que nunca aparece anulada seja no Antigo seja no Novo Testamento (RATZINGER, 2014, p. 55).

Sabe-se que, até o início do século IV d.C., a Igreja viveu nos domínios do Império Romano sob a sombra da clandestinidade, sofrendo – não sempre e nem em todos os lugares – grandes perseguições, situação que, talvez, possa oferecer uma explicação para a existência da “domus ecclesiae”¹⁰. Com a promulgação do Edito de Milão, por Constantino, em 313 d.C., foi concedida liberdade para que os cristãos que viviam nos domínios do Império pudessem professar sua fé, culminando, em 380 d.C., com a proclamação do cristianismo como religião oficial do Império Romano, por decreto de Teodósio I. Por força desses decretos, foram devolvidos à Igreja os bens que dela foram confiscados e, ainda, foram-lhe feitas algumas outras doações.

Descortinam-se, assim, as razões que justificam o fato de os cristãos erigirem templos. Em virtude dos fatos já mencionados, bem como do número sempre crescente de conversões, que tornavam as casas insuficientes para comportar os muitos fiéis, emergiu a necessidade de se construir edifícios de culto que, não obstante as variadas formas arquitetônicas que assumiram ao longo da história, sempre conservam o sentido único de ser a Igreja-Edifício onde se reúne a Igreja-Povo de Deus: “Por ser edifício visível, esta casa aparece como sinal peculiar da Igreja peregrina na terra e imagem da Igreja que habita nos céus” (Pontifical Romano, Dedicção de uma igreja, nº 2).

4. Mistagogia do templo cristão

Para celebrar sacramentalmente o Mistério Pascal, especialmente renovado no sacrifício eucarístico, o povo de Deus se reúne no templo ou, na falta ou insuficiência dele, em outro lugar conveniente, digno da celebração de tão grande mistério. Nesse sentido, seguindo o salutar ensinamento do Concílio Vaticano II, pode-se compreender a razão pela qual as igrejas são

¹⁰ É importante citar, aqui, as catacumbas que, na Roma dos primeiros séculos do cristianismo, eram galerias subterrâneas escavadas no tufo, com a finalidade de acolher os corpos dos cristãos que não aceitavam o costume pagão da cremação. Sendo que eram, essencialmente, cemitérios – lugares mal ventilados e cheios de cadáveres – é errôneo afirmar que nelas os primeiros cristãos celebravam, de modo contínuo, o culto litúrgico ou nelas encontravam refúgio durante os tempos de perseguição (GÓMEZ, 2005, pp. 48-50).

construídas a partir de seu escopo: “prestar-se à execução das ações sagradas e à ativa participação dos fiéis” (Instrução Geral sobre o Missal Romano, nº 288).

Em virtude disso, os edifícios sagrados, nos quais a Igreja se reúne para o culto divino, devem ser dignos e belos, para que realmente signifiquem os mistérios divinos ali celebrados, considerando que a beleza do local, dos objetos e das vestes usados na celebração litúrgica tem por finalidade alimentar a piedade dos fiéis e manifestar a santidade do culto litúrgico: “[...] a igreja terá de ser adequada às celebrações sacras, bela, resplandecente de nobre formosura e não de mera suntuosidade e verdadeiramente sinal e símbolos das realidades celestes” (Pontifical Romano, Dedicção de uma Igreja, nº 2).

Ademais, uma vez que o povo de Deus, que se reúne para a celebração litúrgica, constitui uma assembleia, é preciso que a disposição do edifício sagrado seja tal que ofereça uma imagem dessa mesma assembleia reunida como sinal da unidade de todo o povo de Deus, ao mesmo tempo em que permita uma conveniente disposição de todas as coisas e possibilite a cada um exercer corretamente a sua função, desde os fiéis àquele que preside a ação litúrgica (Instrução Geral do Missal Romano, nº 293-294).

4.1 O presbitério

O presbitério é o espaço do templo no qual se encontram o altar, o ambão, do qual é proclamada a Palavra de Deus, e os ministros ordenados, bem como os demais ministros, exercem o seu ministério. Convém, por isso, que se distinga do restante da igreja por alguma elevação ou por especial estrutura e ornamentação, devendo ser bastante amplo para que a celebração litúrgica, mormente a Eucaristia, se desenrole comodamente e possa ser vista por todos (Instrução Geral do Missal Romano, nº 295).

José Aldazábal afirma que o altar, o ambão e a cadeira presidencial são os “três polos simbólicos e de atenção na celebração” (ALDAZÁBAL, 2003, p. 24). É por isso, portanto, que o sentido mistagógico de cada um deles será especialmente desenvolvido.

4.1.1 O altar

Conforme ensinam as antigas fontes litúrgica e patrística, ancoradas na tradição bíblica, o altar é, por sua natureza, a mesa própria do sacrifício e do banquete pascal, sendo, ao mesmo tempo, a ara na qual se perpetua sacramentalmente o sacrifício da cruz e mesa em torno da qual

se reúnem os filhos da Igreja, para darem graças a Deus e comungarem o Corpo e o Sangue de Cristo na Eucaristia (Pontifical Romano, Dedicção de um altar, nº 4)¹¹. Por tudo isso, ele é o “o centro do espaço celebrativo, seu princípio de unidade e ponto de referência mais imediato” (ALDAZÁBAL, 2013, p. 22).

A legislação litúrgica assim prescreve, explicitando, já aqui, sua função mistagógica: “convém que em toda Igreja exista um altar fixo, o que significa de modo mais claro e permanente Jesus Cristo, pedra viva (1Pd 2,4; Ef 2,20); nos demais lugares dedicados às sagradas celebrações, o altar pode ser móvel” (Instrução Geral do Missal Romano, nº 298). Cristo, de fato, é a vítima, o sacerdote e o altar do seu próprio sacrifício, enquanto os membros do seu Corpo são chamados a ser altares espirituais, nos quais é oferecido a Deus o sacrifício da vida vivida de maneira santa.

Segundo tradicional e significativo costume da Igreja, a mesa do altar fixo seja de pedra. Contudo, pode-se, também, usar outro material digno e sólido em sua confecção. O altar móvel, por sua vez, pode ser construído com qualquer outro material, desde que nobre e sólido, condizente com o uso litúrgico e de acordo com as tradições e costumes locais. Sob o altar, seguindo ainda um costume da antiguidade cristã, relíquias de santos podem ser depositadas, ainda que não sejam mártires.

Em reverência para com a celebração do sacrifício do Senhor e do banquete em que se comungam o seu Corpo e Sangue, estenda-se sobre o altar ao menos uma toalha de cor branca e sobre ele sejam colocadas somente aquelas coisas necessárias à celebração da Missa: o Evangeliário, o cálice com a patena, o cibório, se necessário, e, finalmente, o corporal, o sanguíneo, a pala e o missal.

Os castiçais com velas, que manifestam a reverência e o caráter festivo da celebração, sejam colocados sobre o altar ou junto dele, levando em conta as proporções do próprio altar e do presbitério, de modo a formarem um conjunto harmonioso. Haja, por fim, sobre o altar ou perto dele, uma cruz com a imagem do Cristo crucificado, para recordar aos fiéis o Mistério Pascal de Cristo que se atualiza na celebração da Eucaristia (Instrução Geral do Missal Romano, nº 296-308).

¹¹ O primeiro sentido do altar está ligado à imolação do sacrifício, sendo o lugar em que, no mundo antigo, se sacrificavam as vítimas à divindade. Por isso, a etimologia do termo latino *altare* parece vir de *adolere* ou *arere* numa referência ao lugar onde, pelo fogo, se queimava a vítima do sacrifício. Porém, também pode decorrer de *altus* (alto), porque os lugares altos sempre foram considerados oportunos ao encontro da humanidade com a divindade. (ÁLDAZÁBAL, 2013, p. 22).

4.1.2 O ambão

A dignidade da Palavra de Deus, vivamente recuperada no processo da renovação litúrgica, requer na igreja um lugar digno a partir do qual possa ser anunciada e para o qual se volte, naturalmente, a atenção dos fiéis no momento da Liturgia da Palavra. Justamente por isso, convém que esse móvel, geralmente chamado ambão ¹², seja uma estrutura estável e não uma simples estante móvel, disposto de tal modo em relação à forma da igreja que os ministros ordenados e os leitores possam ser vistos e ouvidos facilmente por todos.

É do ambão que são proferidas as leituras, o salmo responsorial e a proclamação da Páscoa, na Vigília Pascal. Contudo, dele também se podem proferir a homilia e as intenções da oração dos fiéis. A dignidade do ambão exige que a ele se dirija somente aqueles que são ministros da Palavra (Instrução Geral sobre o Missal Romano, nº 309).

A mistagogia deste móvel litúrgico recorda que “a Igreja venerou sempre as divinas Escrituras, como também o próprio Corpo do Senhor; sobretudo na sagrada Liturgia, nunca deixou de tomar e distribuir aos fiéis, da mesa tanto da Palavra de Deus como do Corpo de Cristo, o pão da vida” (Dei Verbum, nº 21). O ambão recorda à assembleia litúrgica “que a mesa da Palavra de Deus está sempre posta” (Ritual de Bênçãos, nº 900).

4.1.3 A cadeira do presidente da celebração

A cadeira daquele que preside a celebração, também chamada sede presidencial, possui a função mistagógica de manifestar o ministério de presidir, em nome e na pessoa de Cristo, a assembleia reunida e o culto divino. Para significar isso, o seu lugar mais apropriado no templo é de frente para o povo, no fundo do presbitério, em lugar em que não dificulte a comunicação entre o sacerdote e a assembleia reunida. Pede-se, ainda, que se evite dar a esta cadeira toda e qualquer aparência de trono (Instrução Geral do Missal Romano, nº 310).

Ademais, embora se admita que a homilia seja proferida do ambão, a sede do presidente da celebração, por ser o local próprio de quem ensina, é o lugar mais oportuno a partir do qual se possa proferi-la, conforme recomenda a Introdução ao Lecionário (nº 26) e, com maior clareza, solicita o Cerimonial dos Bispos (nº 51).

¹² A palavra latina *ambo* vem do grego ἀναβαίνω (*anabaino*), isto é subir (ALDAZÁBAL, 2003, p. 24).

4.2 O lugar dos fiéis

O espaço, no templo, destinado à assembleia dos fiéis deve ser de tal modo disposto que permita que todos assumam as posições requeridas pelas diferentes partes da celebração e se aproximem, sem dificuldades, da sagrada Comunhão, favorecendo, assim, a participação ativa na celebração litúrgica, com os sentidos do corpo e a disposição do espírito. Convém que haja, nesse espaço, bancos ou cadeiras (Instrução Geral do Missal Romano, nº 311).

4.3 O lugar de conservação da Santíssima Eucaristia

A Santíssima Eucaristia que se conserva, depois da celebração da Missa, para ser levada aos doentes, bem como para a adoração dos fiéis, seja conservada num tabernáculo, também chamado sacrário, colocado em lugar de honra da igreja, suficientemente amplo, visível, devidamente decorado e que favoreça a oração. Em uma igreja, o tabernáculo recorda aos fiéis duas realidades, intrinsecamente unidas: “a presença do Senhor, que deriva do sacrifício da missa, e os irmãos, que devemos abraçar com o amor de Cristo” (Ritual de Bênçãos, nº 919) ¹³.

O tabernáculo deve ser único, inamovível, feito de material sólido e inviolável, não transparente e fechado de tal modo que se evite, ao máximo, que seja profanada a sagrada reserva eucarística. Pode estar situado no presbitério, porém fora do altar da celebração, ou numa capela apropriada para a adoração e oração privada dos fiéis, que esteja organicamente ligada ao templo.

Conforme antiga tradição, mantenha-se permanentemente acesa uma lâmpada especial junto ao tabernáculo, por meio da qual se indique e se honre a presença real e sacramental de Cristo na Eucaristia (Instrução Geral do Missal Romano, nº 314-316).

4.4 O batistério

¹³ ¹³ A palavra latina *sacrarium* indica que, naquele lugar, se guarda o sagrado, enquanto o termo latino *tabernaculum* alude à Tenda do Encontro, lugar do diálogo entre Deus e seu povo ao longo da travessia através do deserto. Agora, a verdadeira tenda é o próprio Cristo (Hb 9, 11.24), o Verbo que se fez carne e acampou entre nós (Jo 1,14). (ALDAZÁBAL, 2013, pp. 332).

“Entre as partes mais importantes da igreja, destaca-se com razão o batistério, isto é, o lugar onde está colocada a fonte batismal” (Ritual de Bênçãos, nº 832).

O batistério pode estar situado em alguma capela dentro ou fora do recinto da igreja, ou em alguma outra parte da igreja, à vista dos fiéis, devendo ter tal amplitude que acolha o maior número de pessoas possível (Ritual do Batismo de Crianças, nº 25). A fonte batismal, sobretudo se situada no batistério, deve ser fixa, produzida de modo artístico e com adequado material e ser mantida perfeitamente limpa e organizada. Se possível, pode ser construída de tal modo que permita a imersão do catecúmeno ou, ainda, que a água jorre viva, como de uma fonte, para favorecer o significado do sinal (Ritual de Bênçãos, nº 837).

Concluído o tempo pascal, é conveniente conservar o círio em lugar de honra dentro do batistério (Ritual do Batismo de Crianças, nº 25).

4.4 As imagens sagradas

Celebrando a liturgia terrena, por antecipação, a Igreja participa da liturgia que se celebra na Jerusalém celeste, para a qual, peregrina, se encaminha; venerando a memória dos santos e santas, espera fazer parte da sociedade deles. Por isso, segundo antiquíssima tradição, a Igreja aconselha que as imagens do Senhor Jesus, de sua Mãe Santíssima e dos santos sejam legitimamente apresentadas à veneração dos fiéis nos edifícios sagrados, sendo neles dispostas de tal modo que conduzam os fiéis à contemplação dos mistérios da fé que ali se celebram (Instrução Geral do Missal Romano, nº 318).

Considerações finais

Enquanto peregrina pelo mundo, a Igreja, Corpo Místico de Cristo, tem necessidade de edificar lugares nos quais possa se congregar, que não são, simplesmente, lugares de reunião, mas sinais e manifestação da Igreja viva, da Jerusalém celeste para a qual se encaminha em pressurosa peregrinação. É, pois, nas igrejas que a Igreja é congregada para celebrar a sagrada Liturgia, para ouvir a Palavra de Deus, elevar-lhe a sua oração e oferecer o sacrifício eucarístico de Cristo, sacramentalmente presente no meio da assembleia litúrgica.

De tudo isso decorre a preocupação com a dignidade e a beleza da igreja-edifício, a fim de que seu sentido não seja terrivelmente reduzido à mera funcionalidade, mas cumpra sua função mistagógica de manifestar a presença de Cristo em sua Igreja-Povo, conduzindo os

cristãos ao encontro com ele na liturgia celebrada para que seja expressa na liturgia da vida, de modo a não “perder de mira o visível que nos revela o invisível” (PASTRO, 1999, p. 252).

Essa casa [templo] não é qualquer casa: não é museu, não é teatro, nem salão de festas, nem patrimônio ou coisa qualquer. É a casa onde os cristãos se reúnem para celebrar o Deus de suas vidas, o Deus que lhes dá vida plena. Nesse edifício unem-se a Igreja celeste e a Igreja terrestre revelando-se, assim, a única Igreja do Cristo, o seu corpo. Das portas às paredes, do piso ao teto, até um mínimo prego, nesse lugar, tudo é sagrado (PASTRO, 2008, pp. 66-67).

Referências

SANTO AGOSTINHO. *A Trindade*. São Paulo: Paulus, 1995.

ALDAZÁBAL, José. *Vocabulário básico de Liturgia*. São Paulo: Paulinas, 2013.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2019.

Cerimonial dos Bispos: Cerimonial da Igreja. São Paulo: Paulus, 2008.

CIACCIA, Gabriella Cattaneo di. *Il luogo di culto nella storia*. Milano: Ancora, 1989.

CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum: Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina*. São Paulo: Paulinas, 2023.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

GÓMEZ, Jesús Álvarez. *Arqueología Cristiana*. Madrid: BAC, 2005.

HAMILTON, Victor P. חֶזֶק. In: HARRIS, R. L.; ARCHER JR, G. L.; WALKER, B. K. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998.

HANI, Jean. *O simbolismo do Templo Cristão*. Lisboa: Edições 70, 1998.

Instrução Geral do Missal Romano e Introdução ao Lecionário: texto oficial da terceira edição típica do Missal Romano. Brasília: CNBB, 2023.

JOHNSON, Cuthbert; JOHNSON, Stephen. *O espaço litúrgico da celebração: guia litúrgico prático para a reforma das igrejas no espírito do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 2006.

MCKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Paulinas, 2003.

MANCINELLI, Fabrizio. *Catacumbas de Roma: origen del cristianismo*. Firenze: Scala, 2003.

PASTRO, Cláudio. *Guia do Espaço Sagrado*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *O Deus da Beleza: a educação através da beleza*. São Paulo: Paulinas, 2008.

Pontifical Romano. São Paulo: Paulus, 2014.

RATZINGER, Joseph (Papa Bento XVI). *Introdução ao Espírito da Liturgia*. São Paulo: Loyola, 2014.

Ritual do Batismo de Crianças. São Paulo: Paulus, 2013.

SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille Maria (Org.). *Dicionário de Liturgia*. São Paulo: Paulinas; Lisboa: Edições Paulistas, 1992.

SCHRENK, G. ἱερόν. In: FRIEDRICH, Gerhard; KITTEL, Gerhard. *Grande Lessico del Nuovo Testamento*. Bréscia: Paideia Editrice, 1967. V. 4.

VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2003.

Recebido em: 05/05/2025

Aprovado em: 14/06/2025